



PARECER N° 330, 2022 – PLEN/SF

Sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 32, de 2022, de autoria do Senador Marcelo Castro e outros, que *Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.*



SF/22162.68602-85

Relator Senador **ALEXANDRE SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vêm para deliberação deste Plenário as Propostas de Emendas à Constituição (PECs) nos 31, 32, 33 e 34, todas de 2022, cujo objetivo comum é criar espaço fiscal para ampliação de gastos primários no próximo ou próximos anos. Nosso relatório, que passou a constituir parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi pela aprovação da PEC n° 32, de 2022, na forma de substitutivo.

Em plenário, foi apresentada à PEC 32/2022 a Emenda n° 54, de autoria do Sen. Oriovisto Guimarães, com o apoio necessário, para limitar o dispêndio extra a R\$ 100 bilhões, apenas em 2023, e determinar que o Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei complementar para instituir regime fiscal sustentável e garantir a estabilidade do país até a data de 30 de junho de 2023, e não mais de 31 de agosto de 2023, conforme consta do substitutivo.

II – ANÁLISE

Considerando as ponderações e análises realizadas junto com diversas Senadoras e Senadores, após aprovação do Parecer (SF) n° 28, de 2022, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresento substitutivo de Plenário para modificar o texto do inciso III do § 6° do



art. 107, e incluir o art. 122, todos do ADCT, conforme substitutivo final apresentado.

Ressalto que a alteração ora proposta visa a incluir no inciso III do § 6º do art. 107 do ADCT, todas as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), e não apenas a Fundação Oswaldo Cruz, tendo em vista a natureza similar das receitas auferidas por todos esses órgãos.

A inclusão do art. 122 no ADCT visa a conferir maior prazo para execução dos recursos recebidos por meio de transferências financeiras realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social diretamente aos fundos de saúde e assistência social estaduais, municipais e distritais, em 2020, para enfrentamento da pandemia de Covid-19, que poderão ser executadas pelos entes federativos até 31 de dezembro de 2023.

Quanto à Emenda nº 54, observamos que ela tem três objetivos: reduzir o valor a ser acrescido ao limite do Novo Regime Fiscal; limitar a mudança somente ao exercício financeiro de 2023; e estabelecer a data do dia 30 de junho de 2023 para o envio, pelo Presidente da República, do projeto de lei complementar para estabelecer novas regras para o regime fiscal do País.

A despeito das boas intenções dos Senadores que a subscreveram, a emenda retoma discussões já esgotadas no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Naquela oportunidade, pudemos expor a necessidade de que o valor do chamado Teto de Gastos fosse elevado em pelo menos R\$ 145 bilhões, mínimo necessário para fazer face às necessidades da sociedade brasileira, em séria crise econômica e social. Também ficou claro que o prazo de dois anos permitirá que a decisão sobre as novas regras fiscais ocorra num ritmo mais adequado à complexidade da matéria. Por esses motivos, somos pela rejeição da emenda.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC nº 32, de 2022, e, no mérito,





pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo, com rejeição da emenda 54 de Plenário.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

EMENDA Nº 55 - PLEN (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2022

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no artigo 107, define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigor acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 155

.....

§ 1º

.....

V – não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou aos destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, e às Instituições Federais de Ensino.





.....” (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2024, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

.....”(NR)

Art. 107.

§ 6º-A Não se incluem no limite estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo, a partir do exercício financeiro de 2023:

I – despesas custeadas com recursos oriundos de operações financeiras com organismos multilaterais dos quais o Brasil faça parte, destinados a financiar ou garantir projetos de investimento em infraestrutura, constantes de plano integrado de transportes e considerados prioritários por órgão colegiado do setor;

II - despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas por recursos de doações, bem como despesas com projetos custeados com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais;

III - despesas das instituições federais de ensino e das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios, contratos ou outras fontes, celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas;

IV - despesas custeadas por recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia.

§ 6º-B Não se incluem no limite estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo as despesas com investimentos em montante que corresponda ao excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária, limitadas a 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) do excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício de 2021.



SF/22162.68602-85



§ 6º-C As despesas previstas no § 6º-B não serão consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no **caput** do art. 2º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

.....”(NR)

“Art. 107-A. Até o fim de 2026, fica estabelecido, para cada exercício financeiro, limite para alocação na proposta orçamentária das despesas com pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal, equivalente ao valor da despesa paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido, para o exercício de 2017, em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento) e, para os exercícios posteriores, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, apurado no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária, devendo o espaço fiscal decorrente da diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o respectivo limite ser destinado ao programa previsto no parágrafo único do art. 6º e à seguridade social, nos termos do art. 194, ambos da Constituição Federal, a ser calculado da seguinte forma:

.....”(NR)

“Art. 121. As contas referentes aos patrimônios acumulados de que trata o § 2º do art. 239 da Constituição Federal, cujos recursos não tenham sido reclamados por prazo superior a vinte anos serão encerradas após o prazo de sessenta dias da publicação de aviso no diário oficial da União, ressalvada reivindicação por eventual interessado legítimo dentro do referido prazo.

Parágrafo único. Os valores referidos no **caput** deste artigo serão tidos por abandonados, nos termos do disposto no inciso III do **caput** do art. 1.275 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e serão apropriados pelo Tesouro Nacional para realização de despesas de investimento, que não serão computadas nos limites previstos no art. 107 do ADCT, podendo o interessado reclamar ressarcimento à União no prazo de até cinco anos do encerramento das contas.

Art. 122. As transferências financeiras realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social diretamente aos fundos de saúde e assistência social estaduais, municipais e distritais, para enfrentamento da pandemia de covid-19, poderão ser executadas pelos entes federativos até 31 de dezembro de 2023.”

Art. 3º O limite estabelecido no inciso I do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica acrescido em R\$ 145.000.000.000,00 (cento e quarenta e cinco bilhões de reais) para os exercícios financeiros de 2023 e de 2024.



SF/22162.68602-85



Parágrafo único. As despesas decorrentes do aumento de limite previsto no **caput** não serão consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no **caput** do art. 2º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, e ficam ressalvadas, nos exercícios financeiros de 2023 e de 2024, do disposto no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 4º Os atos editados em 2023 relativos ao programa de que trata o art. 2º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, ou ao programa que vier a substituí-lo, e ao programa auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental, inclusive quanto à necessidade de compensação.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica a atos cujos efeitos financeiros tenham início a partir do exercício de 2024.

Art. 5º Para o exercício financeiro de 2023, a ampliação de dotações orçamentárias sujeitas ao limite previsto no inciso I do **caput** do art. 107 do ADCT prevista nesta Emenda Constitucional poderá ser destinada ao atendimento de solicitações da equipe de transição de que trata a Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002, e das comissões permanentes do Congresso Nacional ou de suas Casas.

§ 1º Fica o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 autorizado a apresentar emendas para a ampliação de dotações orçamentárias referida no **caput** deste artigo.

§ 2º As emendas referidas no § 1º deste artigo:

I - não se sujeitam aos limites aplicáveis às emendas ao projeto de lei orçamentária;

II – devem ser classificadas de acordo com as alíneas “a” ou “b” do inciso II do § 4º do art. 7º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo não impede os cancelamentos necessários à abertura de créditos adicionais.

§ 4º As ações diretamente voltadas para políticas públicas para mulheres deverão constar entre as diretrizes sobre como a margem aberta será empregada.

Art. 6º O Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com objetivo de instituir regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.

Parágrafo único. Após a sanção da lei complementar prevista no *caput* deste artigo, revogam-se os arts. 106, 107, 109, 110, 111, 112 e 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 7º O disposto nesta Emenda Constitucional não altera a base de cálculo estabelecida no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 8º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em de dezembro de 2022



SF/22162.68602-85

**TRECHOS DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO
DELIBERATIVA ORDINÁRIA – SEMIPRESENCIAL, REALIZADA
EM 07/12/2022, REFERENTE AO COMPLEMENTO DO
PARECER, DO SENADOR ALEXANDRE SILVEIRA RELATOR
DE PLENÁRIO DA PEC nº 32/2022**

(...)

O SR. Alexandre Silveira (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD – MG.)

Ontem aprovamos o art. 6º, que também foi fundamental para poder criar esse espírito de tranquilidade. Nós estabelecemos uma data para que o novo Governo envie à Casa Legislativa o novo arcabouço fiscal - não só as novas regras fiscais, mas o novo arcabouço, inclusive com a reforma tributária, para poderem, na Casa do povo brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovar esse arcabouço.

Art. 6º O Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com objetivo de instituir regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.

Inclusive quanto à regra estabelecida no inciso III do art. 167, da Constituição Federal.

Por fim, para reproduzir com mais clareza a decisão da CCJ de desconstitucionalizar o novo regime fiscal sustentável, nós inserimos o art. 6º do substitutivo, referência expressa no inciso III do art. 167, da Constituição Federal.

Passo, então, à leitura do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC nº 32, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo, com rejeição da Emenda 54 de Plenário.

(...)